

MOÇÃO

Pela defesa da Segurança Social Pública

Numa altura em que as condições sociais se degradam brutalmente;

Numa altura em que a pobreza infantil volta a atingir níveis inadmissíveis num país evoluído e Europeu;

Numa altura em que os apoios sociais são reduzidos a valores que não asseguram de forma alguma a dignidade humana;

Numa altura em que os rendimentos das famílias obrigam, mais que nunca, a recorrer a apoios estatais e outros;

O Governo entende como útil e prioritária a dispensa de 700 funcionários do Instituto de Segurança Social. Tudo isto acontece depois de a Segurança Social, nos últimos três anos, ter assistido a um corte de dois mil funcionários, o que corresponde a menos 18 por cento. A Segurança Social tem sido vítima da sangria de capital humano, reflexo das políticas anti sociais e de degradação da Administração Pública que este Governo tem levado a cabo.

Mais, o Instituto de Segurança Social tem recorrido, como é sabido, a contratações constantes de desempregados subsidiados ou beneficiários de outras medidas, ao abrigo dos programas CEI e CEI+, concretizando a substituição de postos de trabalho efectivos com desempregados e com o pagamento de subsídio de almoço e transporte apenas.

Valongo, não é alheio a esta mudança e a materialização destas dispensas poderá afetar a já periclitante capacidade de resposta dos Serviços de Segurança Social existentes no Concelho.

Pelo exposto e mais que é sabido, nomeadamente a falta de fundamentação cabal para esta tomada de posição a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária a 27 de novembro de 2014, delibera:

- 1- Solicitar todos os esclarecimentos quanto à decisão apresentada pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Pública;**
- 2- Solicitar a suspensão da calendarização processual até que estejam esclarecidas todas as questões efectuadas pelos vários intervenientes no processo;**
- 3- Solicitar ao Centro Distrital do Porto a garantia que os serviços, nomeadamente os do Concelho, não serão afectados e bem assim a protecção social aos seus cidadãos.**

Mais decide enviar esta Moção

A Sua Excelência o Presidente da República

A Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República

A Sua Excelência o Primeiro-ministro.

A Sua Excelência o Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

A Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Pública

A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

À Exm.a Sr.ª Presidente do Instituto de Segurança Social



Grupo Municipal Valongo PSD/PPM

MOÇÃO

Na sequência da reunião/visita realizada pela Assembleia Municipal no passado sábado ao Hospital de Valongo, ficamos a saber que as alterações aí verificadas resultam de uma estratégia que passa por evitar a duplicação de oferta de serviços que, a curto prazo, poderia tornar todo o Hospital facilmente descartável, pois tal oferta poderia transformar-se, como aliás já o era o serviço de urgência, em muitos casos de qualidade questionável e as mais das vezes um atrasar da chegada do doente ao serviço de urgência do Hospital de S. João, para onde deveria ter ido diretamente.

Os serviços que já estão instalados no Hospital, mais os que o vão ser a curto prazo, fazem do nosso Hospital uma unidade complementar do Hospital de S. João e, por isso, com o seu próprio lugar adentro da organização Centro Hospitalar São João, o que é uma boa medida de gestão que satisfaz os interesses de Valongo e dos Valonguenses.

De qualquer modo as freguesias de Valongo, Campo e Sobrado ficaram sem a oferta de um serviço público de saúde a partir das 20h da noite, tendo, por isso, que recorrer à urgência do Hospital de S. João, às vezes por problemas que são da competência de um centro de saúde.

Assim sendo e considerando que:

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'M2'.

- Valongo, Campo e Sobrado não têm qualquer serviço público de saúde depois das 20h;
- há problemas de saúde que carecem de uma solução urgente, mas tal serviço pode ser competentemente assegurado por um centro de saúde (a título de exemplo, uma queda que provoca uma ferida que precisa uns pontos; uma gripe, uma indisposição ...);
- os munícipes de Valongo, Sobrado e Campo estavam já habituados a recorrer à urgência do Hospital de Valongo, por isso é natural que, a funcionar uma urgência, seja no Centro de Saúde de Valongo;
- além do mais, o Centro de Saúde de Campo, mais central para esta parte do concelho e, por isso, potencialmente uma escolha, pela sua precaridade e fraca qualidade de instalações não satisfaz os interesses dos utentes tão bem como o de Valongo - aliás o próprio Centro de Saúde de Campo é um problema que carece de solução urgente;
- no Hospital de Valongo há uma ambulância SIV – Suporte Imediato de Vida – que pela proximidade ao Centro de Saúde de Valongo, mais rapidamente transportará um doente ao Hospital de S. João, se tal se revelar necessário aos olhos dos profissionais de saúde que estiverem de serviço;
- o alargamento do horário de serviço do Centro de Saúde sempre esteve em cima da mesa nas negociações do encerramento das urgências do Hospital de Valongo, mas que, estranhamente foi retirado da agenda!;
- o alargamento do horário até às 24h é uma mera medida administrativa de gestão de pessoal, sem outros custos que não sejam o pagamento do



peçoal necessário e os custos de funcionamento normal, tal como água, luz e outros,

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida aos 27 dias do mês de novembro, propõe a aprovação de uma moção instando a Administração Regional de Saúde a criar, o mais breve possível, no Centro de Saúde de Valongo um Serviço de Atendimento em Situações de Urgência – SASU – que funcione todas as noites dos dias de semana, mais aos fins-de-semana e feriados.

Mais propõe que se prove dar conhecimento ao Senhor Ministro da Saúde, à Administração Regional de Saúde do Norte, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Valongo, 27 de novembro de 2014

Pelo Grupo Municipal



(Rosa Maria de Sousa Martins Rocha)

Senhor Presidente e Senhora e Senhor Secretários da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente e Senhora e Senhores Vereadores da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Todos os presentes,

Como um Camarada do meu Partido referiu publicamente *“é uma verdade que todos os “comentaristas” falam sobre a descrença e desconfiança na política”*, agora ainda de uma forma mais demolidora na sequência dos casos dos “Vistos Gold”, das “Subvenções Vitalícias” e do “Processo Marquês”. Neste panorama tão negativo, temos de referir aquilo que em Valongo se está a fazer e, com o apoio de nós todos, poderá concretizar-se muito mais: é a simplificação da linguagem política, de forma a ficar acessível a qualquer cidadão independentemente do seu nível de literacia, é uma real aproximação aos cidadãos, é a transparência na disponibilização da informação.

Isto poderá parecer pouco e simples, mas uma reflexão mais profunda, leva-nos a constatar que com a nossa vontade e muita determinação, será essencial no caminho de devolver aos munícipes de Valongo a esperança, a alegria e a confiança no poder político. E isto poderá ser uma grande vitória da democracia no nosso Concelho.

A política necessita destes impulsos: necessita de esperança, necessita de felicidade, necessita de alegria e, essencialmente, necessita de participação coletiva. Sempre me chocou como não falamos mais sobre coisas simples. Porque a política devia, e deve, ser sobre coisas simples. Fazer política é resolver problemas da sociedade, das pessoas. Fazer política é garantir um futuro risonho. Fazer política é trazer palavras traduzidas em atos, de esperança e segurança. Fazer política é, na sua base mais pura, fazer as pessoas felizes. Felizes consigo e com o seu futuro. Felizes com a sua vida, com o seu emprego, com o seu quotidiano e com as suas legítimas ambições e sonhos.

A complexidade que muitas vezes os principais atores políticos imprimem no seu discurso e nas suas soluções, contribui, em muito, para o afastamento e alheamento

das populações. Esta é uma tendência que temos de inverter. Simplificando, agilizando e tornando tudo mais próximo das pessoas: a linguagem, as propostas, as soluções e os compromissos. Temos de comunicar com clareza o que queremos, como queremos e onde queremos. Nesta base simples, mas verdadeira, podemos conquistar cada vez mais a participação de todos.

Teremos de tornar as coisas simples e as decisões mais participadas, ao serviço de uma política capaz de nos fazer a todos voltar a sonhar.

Senhoras e Senhores,

Eu acredito. Eu quero que a felicidade volte à Política, pois creio que só assim dignificaremos e só assim respeitaremos a missão que o Povo nos confiou, porque como Thomas Jefferson referiu: *“Quando alguém assume uma função política, deve considerar-se propriedade do público que o elegeu”*.

ACREDITEM COMO EU!

Muito Obrigado.

Assembleia Municipal de Valongo, 27 de Novembro de 2014



Armando Gabriel Teixeira Baltazar



Horta Biológica

Tomada de Posição

A Câmara Municipal de Valongo, em articulação com a LIPOR, inaugurou em Março deste ano, a Horta Biológica Ponte da Presa. Este projeto mereceu da nossa parte total concordância, dado que se trata de um projeto que visa promover a qualidade de vida da população, através de boas práticas agrícolas, ambientais e sociais.

A Horta, localizada nos terrenos do antigo horto municipal, ocupa uma área total de 2400 metros quadrados, dividida em 49 talhões. Segundo o Sr. Presidente: "Este conceito de hortas é o caminho certo. Vamos criar condições para uma mudança de comportamentos e para promover o espírito comunitário".

Neste projeto, a Lipor assegura a formação dos horticultores, tendo também oferecido os compostores e os abrigos para as ferramentas agrícolas e portanto, a CMV cedeu e faz a gestão do espaço. Mas não só. A CMV também cobra 7 euros mensais pelas respetivas hortas, valor claramente alto quando se pretende difundir e ampliar práticas saudáveis na população. A CMV arrecada mensalmente 343 euros para, alegadamente, cobrir os custos da água.

Curiosamente, o projeto Horta à Porta conta com 40 hortas em diferentes valências e que envolvem 26 parceiros, num total de 1075 talhões espalhados pela área de intervenção da LIPOR que abrange os concelhos de Espinho, Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Vila do Conde, Póvoa de Varzim. Na esmagadora maioria deles, a horta é gratuita e apenas em alguns concelhos e em horta específicas, o valor pago é simbólico.

A situação torna-se ainda mais caricata quando se compara com outras hortas deste projeto mas no nosso concelho, como é o caso da Horta de Vasques da responsabilidade da JF Ermesinde, na qual a cedência do espaço é gratuita para os horticultores. Ou seja, mesmo concelho, custos diferentes para os munícipes.

A pergunta que nos ocorre é, logicamente, porque é que, em Valongo, até as hortas municipais se pagam? Ao cobrar este valor a CMV não só afasta os mais desfavorecidos da possibilidade de cultivarem a sua pequena horta, como desmotiva muitos horticultores que vão ao longo do tempo as suas hortas deixando os espaços ao abandono. O valor que pagam é incomensuravelmente maior do que qualquer "rendimento" que possam retirar. (nesta horta é proibida a venda ou comercialização de qualquer dos produtos, outras há, em outros concelhos que visam especificamente um rendimento extra para o agregado familiar, é o caso da Maia, em que a atribuição do talhão está dependente de critérios socioeconómicos)

Não basta dizer que é o caminho certo, é preciso fazê-lo e fazê-lo em articulação com as populações. Não basta dizer que se proporciona os espaços, é necessário que se equacionem os custos destas iniciativas e que se façam opções. Pensamos que o projeto deve continuar, e replicar por outros locais do concelho mas em outros moldes, revendo o valor a cobrar pelo espaço e observando os entendimentos com as Juntas de Freguesia e as populações.

Se queremos proporcionar a todos a possibilidade de cultivarem a sua pequena horta, com a garantia de qualidade dos produtos, de melhor saúde e ambiente, é imperioso que ninguém e muito menos por motivos económicos, seja excluído.

PEV A Coligação Democrática Unitária

RECOMENDAÇÃO

Considerando que:

- O Conselho Municipal da Segurança aprovou a celebração do *“Dia Municipal da Proteção Civil”*;
- Cabe à Câmara Municipal diligenciar no sentido da realização daquela celebração;
- O papel dos atores da proteção civil (mormente, agentes da PSP, guardas da GNR, bombeiros) no Concelho é fundamental para a segurança dos munícipes;
- É da mais elementar justiça dedicar um dia àqueles atores, nomeadamente através da celebração do *“Dia Municipal da Proteção Civil”*;
- É de esperar que seja possível, já em 2015, celebrar aquele dia,

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária, recomenda à Câmara Municipal de Valongo que diligencie no sentido da organização do *“Dia Municipal da Proteção Civil”* em 2015, em data e nos termos a decidir no âmbito do Conselho Municipal de Segurança.

Valongo, 27 de novembro de 2014

Pela bancada PPD/PSD-PPM,



(Daniel Torres Gonçalves)

Assembleia Municipal de Valongo
Sessão ordinária de 27-11-2014

Celestino Neves
(Independente)

Moção

“Exigir dos prestadores de serviços públicos o respeito pela saúde e o bem estar dos cidadãos e a salvaguarda da qualidade de vida e do ambiente”

Por mais de uma vez foi aqui trazido – e também às reuniões de Câmara – por um cidadão de Alfena (zona do Lombelho) o assunto relacionado com o aumento de potência das linhas de muito alta tensão que cruzam o nosso Concelho, no caso concreto a cidade de Alfena.

Em todas as ocasiões foram produzidas pelos membros do executivo afirmações e avançadas explicações perfeitamente inócuas invocando as dificuldades que se prendem com o ‘poder majestático’ da REN e apelando subliminarmente à desistência por parte dos cidadãos no que toca à defesa dos seus direitos.

Não é esse – não deve ser – o papel do poder local e por isso a Assembleia Municipal de Valongo manifesta:

1. A sua profunda preocupação relativamente a este assunto e à falta de resultados visíveis no que toca à promoção do diálogo/esclarecimento por parte dos responsáveis da REN junto dos interessados mais directos, apesar da permanente insistência destes;
2. O pedido para que tão rápido quanto possível o senhor vice presidente da Câmara - que detém o pelouro relacionado com este assunto – diligencie junto daqueles responsáveis no sentido de que recebam uma delegação encabeçada por si e que inclua os técnicos que considere útil incluir, dois representantes dos cidadãos e um representante desta Assembleia, preferencialmente e se existir, alguém com formação técnica na área das engenharias relativamente ao assunto controvertido das radiações electromagnéticas e aspectos associados.

Valongo, 27 de Novembro de 2014



(Celestino Neves)

Assembleia Municipal de Valongo
Sessão ordinária de 27-11-2014

Celestino Neves
(Independente)

Declaração/petição

“Deputado da Assembleia Municipal de Valongo com obras ilegais em sua casa!”

Com o título acima e foto apensa, os valonguenses e também alguns munícipes de concelhos vizinhos – particulares e empresas - foram brindados há dias com centenas de ‘flyers’ impressos numa gráfica e distribuídos em correio azul de forma anónima e covarde.

Em devido tempo, solicitei ao senhor Presidente desta Assembleia que me proporcionasse um encontro com os líderes de todos os grupos e consigo próprio, para falar sobre este assunto. Fui informado a meio da tarde de hoje pelo senhor Presidente que após colocar o assunto aos restantes membros da Mesa, foi considerado que, por se tratar de um ataque anónimo, o assunto era meramente do foro pessoal não havendo razões para convocar uma reunião com os líderes dos grupos para me ouvir.

Não quero fazer quaisquer considerações relativamente à opção tomada pela Mesa.

Se fosse qualquer outro deputado desta Assembleia a ser alvo de um ataque covarde do tipo do que me foi dirigido e envolvendo o tipo de meios que este envolveu sei a iniciativa que eu mesmo tomaria e que proposta estaria aqui a apresentar hoje mesmo.

O conteúdo do folheto vale o que vale e vale nada no meu entender, mas não tomar nenhuma atitude pode alimentar a dúvida e esta é incompatível com aquilo que eu entendo que deve ser o mandato de um deputado municipal.

Por isso gostaria de completar esta curta declaração, endereçando ao Senhor Presidente o seguinte pedido:

- i. Que a admitir alguma consistência nas acusações contidas no dito ‘flyer’ isso poderia ser susceptível de conduzir à perda do meu mandato como deputado municipal;

- ii. Que independentemente das muitas manifestações de solidariedade que me têm chegado me sensibilizarem muito, isso não deve dispensar o cabal apuramento do que está em causa – se é que está algo em causa;

O Senhor Presidente promova da forma que achar conveniente a constituição de um grupo formal ou informal com a mais ampla representatividade nesta Assembleia, no sentido de proceder a um rápido esclarecimento de todos os alegados factos que a serem verdadeiros seriam susceptíveis de conduzir ao resultado acima sugerido, ouvindo quem deva ser ouvido, nomeadamente os serviços de fiscalização da Câmara, membros do executivo, a mim próprio e quem mais acharem por conveniente.

Que desde já disponibilizo – se isso for considerado adequado - uma visita ao local da minha residência a que se referem as acusações anónimas.



(Celestino Neves)



MOÇÃO

Sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2015

Considerando que:

- O agravamento do fosso entre volume de montantes transferidos e a regra geral prevista na LFL aferida a uma % da média dos três impostos que relevam para o FEF e FFF. (Para uma variação de 17 % entre 2012 e 2013 do volume da receita do IVA+IRS+IRC, a variação proposta na alínea a) do artigo 85º é de 1,5 %);
- Para lá do artifício da cláusula limite dos 5% (inaugurada com a Lei de 2007) que faz com que a transferência não seja fixada em 1952 milhões de euros, a Proposta de OE consagra ainda uma subavaliação do valor remanescente, ou seja mais 85 milhões que em 2014 (1785 milhões em vez dos 1726 milhões). Adicionalmente faz o truque de cumprir a variação máxima dos 5%, não referenciada como a lei determina ao FEF e FSM, mas incluindo o IRS, conduzindo a que nos “acertos para impedir o aumento devido de transferências o FEF seja “martelado” de tal maneira que há municípios a perder 10% e mais desse montante (os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto vêm o FEF reduzir-se respetivamente em 15 e 19 milhões de euros!!);
- A verba autónoma para transportes escolares (23 milhões de euros), já por si comprovadamente insuficiente, passa a estar diluída no FSM;
- Pelo segundo ano consecutivo insiste-se no incumprimento do que a Lei estipula sobre transferências para AM e CIM, num quadro em que a própria regra de exceção (inaceitável) desaparece, incumprimento que se traduz em mais de 5 milhões de euros no seu conjunto;
- Estabelece a consignação do crescimento do FEF resultante da LFL à realização da participação do FAM e consolidação orçamental (dívida de médio e longo prazo e pagamentos em atraso);
- Impõe restrições no domínio de recursos humanos, seja por via do controlo de admissões e procedimentos concursais, seja na valorização dos trabalhadores;
- Determina a obrigatoriedade de prestação de contas das verbas efetivas realizadas no âmbito do FSM no domínio da Educação, com devolução das verbas não gastas;

- Consagra e alarga a prática de retenções arbitrárias, de que são exemplo: Tetos de pagamento automáticos (e arbitrários) ao SNS; Retenção em favor da DGAL, de 0.1% do FEF; Por “violação” da redução em 10% do volume de pagamento a 90 dias não relevando para o efeito as dívidas pagas ao abrigo do PAEL; Por “violação” da não redução de trabalhadores; Pela “violação” das disposições sobre pessoal dirigente; Pelo incumprimento da renovação de contratos a termo; Por não cumprimento da consignação do aumento IRS+IVA .

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 27 de novembro 2014, delibera:

1. Proclamar o firme propósito de defender a autonomia do Poder Local, consagrada na Constituição da República e reclamar das Associações Nacionais dos Municípios e das Freguesias posições firmes e combativas contra as propostas do Orçamento de Estado para 2015, que contribuam para o seu enfraquecimento;
2. Exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os municípios e freguesias;
3. Protestar contra a destruição do emprego público e contra uma ainda maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, impostas por este orçamento solidarizando-se com a sua luta;
4. Reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo estado das suas responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades da economia local e às carências da população.
5. Remeter esta moção aos órgãos de soberania, à ANMP e à ANAFRE e divulgá-la junto da população.

Valongo, 27 de Novembro de 2014

Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária

Adelino Soares

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV





Doc. 9
B

Grupo Municipal do CDS-PP
Assembleia Municipal de Valongo

27 Novembro de 2014

Moção

A Lei n.º 8/2009 de 18 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/2012 de 10 de Fevereiro, enquadra o regime jurídico dos Conselhos Municipais da Juventude.

- Considerando que, a Câmara Municipal de Valongo se deve preocupar com o desenvolvimento de uma política municipal virada para a juventude e que ofereça respostas adequada às necessidades dos jovens, de modo a melhorar a favorecer a sua plena inserção na comunidade e melhorar a sua qualidade de vida;
- Considerando que, os jovens do concelho representam um forte capital de esperança, devendo o município desenvolver a sua ação no sentido de aproveitar as suas capacidades empreendedoras e criadoras de processos de mudança e de modernização da sociedade;
- Considerando que, durante a campanha Autárquica de 2013, todos os partidos destacaram a importância do empreendedorismo, e da participação associativa dos jovens no contributo para a modernização e desenvolvimento do Concelho Valongo;
- Considerando que, o conselho municipal de juventude, é o órgão consultivo do município sobre todas as matérias relacionadas com a política de juventude;
- Considerando que, o conselho municipal de juventude, deve participar na definição e na execução das políticas municipais da Juventude, assegurando a sua articulação com as políticas de emprego, da habitação, da educação, do desporto, da cultura, e da ação social;

E finalmente, considerando que, o atual executivo da Câmara Municipal de Valongo, tomou posse no dia 17 de Outubro de 2013, sem que desde então tivesse dado posse ao Conselho Municipal da Juventude.

Propomos à Assembleia Municipal que comunique à Câmara Municipal de Valongo, as nossas preocupações, com a falta de uma verdadeira política de Juventude e que recomende à Câmara Municipal que tome as medidas necessárias para a plena instalação do Conselho Municipal Juventude, no mais curto espaço de tempo , garantindo assim, que no início do ano de 2015 este órgão esteja em pleno funcionamento cumprindo as funções para que foi criado.

Henrique Campos Cunha
Bancada Municipal do CDS-PP

PROPOSTA

Proponho as seguintes alterações à ata n.º10, a ser aprovada pela Assembleia Municipal na sessão de 27 de novembro de 2014:

- Página 21, a última frase da minha intervenção seja corrigida para o seguinte::

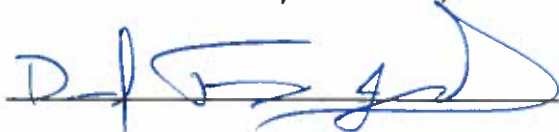
Ao prever que a Assembleia Municipal vai “Autorizar”, a lei prevê que tal autorização seja feita nos termos que forem aprovados na Assembleia Municipal; a expressão “autorizar” não faz com que não se aprovelem os termos dessa autorização

- Página 25, o segundo parágrafo da minha intervenção passe a constar o seguinte texto:

Continuou, dizendo que na alínea k) do número um, está prevista a proposta que está em discussão, cuja limitação à alteração não está prevista no artigo 25.º, n.º3, referido anteriormente. Caso se entendesse que aquela limitação existia, a proposta do Senhor Presidente de Junta não poderia ser acatada. Se entendermos, e esta é a nossa interpretação, que a proposta pode ser alterada, então a proposta relativa ao acordo de Ermesinde poderá ser separada e sujeita a alterações.

Valongo, 27 de novembro de 2014

Pela bancada PPD/PSD-PPM,



(Daniel Torres Gonçalves)

PROPOSTA

Proponho as seguintes alterações à ata n.º 11, a ser aprovada pela Assembleia Municipal na sessão de 27 de novembro de 2014:

- Página 10, na minha intervenção passe a constar o seguinte texto:

O Senhor Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Torres Gonçalves, disse que o artigo invocado pela Mesa visa que não haja numa mesma sessão duas decisões que sejam conflitantes. Neste caso, não vai haver duas decisões conflitantes, uma vez que se irá revogar a primeira decisão, o que com que esta deixe de existir.

O requerimento apresentado não viola o artigo invocado pela Mesa, visto que ele não visa a substância e limita-se a eliminar uma decisão anterior, o que faz com que não resultem duas decisões que sejam conflitantes. -----

Assim recorria para o plenário da decisão da Mesa.

- Página 13, na minha intervenção passe a constar o seguinte texto:

Para justificar esta incongruência e dar mão à palmatória, foi mesmo distração - há bocadinho íamos votar contra. Curiosamente, eu não queria cá voltar porque íamos fazer uma pergunta ao Sr. Presidente, mas tive de cá voltar na mesma.

Valongo, 27 de novembro de 2014

Pela bancada PSD/PPM,



(Daniel Torres Gonçalves)



Ex.mo. Sr. Presidente da Mesa e restantes Membros

Exm.o Sr. Presidente da Câmara Municipal

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mo Público e Comunicação Social

Boa noite a todos e a todas.

Estamos aqui hoje para avaliar e votar o orçamento da Câmara Municipal de Valongo de 2015.

Na votação do ano passado, a coligação PSD/PPM, adoptou uma postura de compreensão para com o PS. Os resultados eleitorais assim o exigiam.

Temos, como força política responsável, a noção da dificuldade que a feitura de um documento desta natureza implica.

Se fazer um orçamento é difícil, mais difícil é fazê-lo de forma transparente, clara e com uma leitura acessível a todos os que têm que o analisar e votar.

Começo portanto por dizer ao Dr. José Manuel Ribeiro, que a sua equipe não conseguiu produzir um documento claro, de fácil leitura, e que portanto não poderá nunca ser considerado um orçamento transparente no que á sua análise diz respeito.

Continuo dizendo que este orçamento de 2015, mantém a mesma linha estratégica da do orçamento de 2014, ou seja, linha estratégica nenhuma. No orçamento do ano passado a coligação



PSD/PPM atribuiu parte dessa ausência de linha estratégica ao facto de a equipe do PS não estar rotinada nestas matérias orçamentais e à inevitável inexperiência governativa.

Este ano porém, a ausência de linha estratégica, só pode dever-se á incapacidade governativa do PS.

Chamamos à atenção no ano passado, relativamente ao uso e abuso de rúbricas orçamentais “Outros”. Pois este ano temos 19,97% do orçamento da despesa encaixado em rúbricas “Outros”. Quanto maior for esta %, maior será a falta de transparência e facilidade de análise deste documento. Talvez seja mesmo isso que o PS deseja...

Não há apostas claras do PS para o Município de Valongo.

Na área da cultura não vemos nenhuma aposta clara, apostas que permitam rentabilizar o património, tanto físico como humano que existe no concelho.

Na área do desporto não vemos apostas claras, vemos sim desinvestimento e o deixar cair de projetos que estavam em fase de conclusão com o executivo do PSD. Não fosse a exigência do PSD, nem o estádio do sobrado teria sido incluído neste orçamento de forma clara e inequívoca.

Vemos também uma indefinição relativamente à utilização dos espaços desportivos camarários, escondida atrás de estudos que definirão o que abre ou fecha, ou eventualmente reabre... O PS sempre teve e terá medo de tomar decisões estruturantes, não é



portanto para o PSD nenhuma surpresa que o PS continue a estudar qual piscina reabre, ou que a indecisão do problema do estádio do Ermesinde se mantenha quando a situação tinha já acordo durante a gestão do PSD. ... Era no ano passado o orçamento dos estudos e projetos... e continua este ano a sê-lo com o óbvio prejuízo das populações do concelho de Valongo.

Na área social, mais uma vez não há opções claras. Teve que ser o PSD a exigir o reforço das verbas do Fundo de Emergência Social. Não há uma opção clara que permita às famílias estarem mais tranquilas, sabendo que poderão contar com a CMV se alguma coisa correr mal nas suas vidas. Num momento que atravessamos de dificuldades generalizadas, falta de emprego, baixa de rendimento e incertezas variadas, seria de todo expectável que a CMV, agora liderada pelo PS, apresentasse neste orçamento de forma clara um plano, uma aposta na área social. Também aqui o PS opta por salpicar o orçamento com medidas avulso, cujo único intuito é tranquilizar quem se queixa hoje, esperando que amanhã ninguém se queixe, e se isso acontecer logo se verá...

Isto para não falar do gabinete do Presidente da Câmara, que consome meios tão necessários e que poderiam ser seguramente postos ao serviço das populações e não do PS.

O PS demonstra neste orçamento aquilo que é o seu ADN, nunca agindo com cabeça, tronco e membros...com estratégia como os Valonguenses merecem.



O grupo municipal do PSD, que não vê opções claras neste orçamento, como já não tinha visto no ano passado em que optou por dar o benefício da dúvida ao PS por respeito aos resultados eleitorais, abster-se-á na votação do orçamento de 2015, deixando desta feita não o benefício da dúvida mas um cartão amarelo ao PS e ao Dr. José Manuel Ribeiro. Este ano a falta de qualidade e ausência de estratégia do orçamento 2015 não se deveu à falta de tempo para o executar com mais qualidade mas sim à incapacidade de o fazer melhor.

Disse.

Pelo Grupo Municipal da Coligação PSD/PPM

(Daniel Filipe Alves Felgueiras)

Declaração de Voto

Orçamento e Grandes Opções do Plano 2015

**Exmo. Sr. Presidente da Mesa,
Restantes Membros da Mesa,
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Senhoras e senhores Deputados,
Comunicação Social presente,
Estimado público,**

Há uns meses atrás, aquando da discussão do primeiro Orçamento apresentado por este Executivo Municipal, referimos que esse Orçamento refletia uma pesada herança de 20 anos de gestão do PSD nesta Câmara Municipal, herança que deixou o município praticamente paralisado.

Os longos anos de má gestão levaram o Executivo Social-Democrata a aderir ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que impõe reduções de despesa e reduz a margem para investimento. Soma-se a este espartilho, a colossal dívida da Câmara, dívida pública e encapotada em inúmeros processos judiciais ainda por resolver.

Embora se antecipasse a péssima situação financeira do Município, a realidade que encontrada tem-se revelado bem pior. Por isso, apoiamos a inclusão neste Orçamento de uma verba destinada a avançar com um processo de Auditoria à Dívida da Câmara!

Mais uma vez, este Orçamento não poderia deixar de ser um Orçamento realista e de rigor. O Partido Socialista sabe bem as necessidades do Concelho e bem gostaria de poder intervir na sua resolução sem os condicionalismos existentes.

Atendendo à realidade socioeconómica das famílias do concelho, este Orçamento revela – e bem – uma preocupação social relevante: o reforço do Plano de Emergência de Apoio Alimentar, a criação e dinamização das Plataformas Solidárias, de forma a rentabilizar e articular as respostas de âmbito social existentes no concelho, a criação do Fundo de Emergência Social - medida de concessão de apoio económico excecional e de carater pontual, destinado a pessoas e famílias em situação de flagrante carência e de emergência social - e o apoio ao transporte escolar de crianças na freguesia de Alfena, que resolverá um problema de longa data, são alguns bons exemplos.

Por outro lado, não obstante a dificuldade financeira do Município, assinalamos a manutenção da taxa de IMI nos 0,355%, abaixo do limite máximo permitido por lei.

Estando o Concelho de Valongo abaixo da média nacional no que se refere à cobertura de equipamentos desportivos, tardava um investimento nesta área. Este Orçamento marca o início tardio de um investimento em equipamentos desportivos que permitirá às crianças e jovens encontrar respostas para a prática desportiva sem sair do seu concelho.

Ainda que saibamos que o estado das vias e passeios do concelho possa ser grave, e considerando que não seria possível destinar todo um Orçamento à resolução destes problemas – o valor seria incomportável! – sublinhamos a verba considerável assumida pelo Executivo e, em particular, a verba destinada à resolução de um problema antigo, que terá um impacto muito significativo na vida das empresas da freguesia de Campo: a Requalificação da Rua Central da Fervença.

Finalmente, destaque para dois aspetos centrais deste Orçamento.

Em primeiro lugar, a histórica transferência de verbas para as Juntas de Freguesia. É certo que decorre da legislação em vigor, mas também não deixará de ser verdade que o seu impacto nas freguesias será ainda mais significativo, tendo em conta que é uma opção absolutamente antagónica à que foi tomada durante os últimos anos de gestão PSD nesta autarquia.

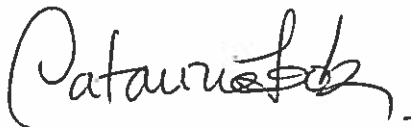
Em segundo lugar, o Orçamento Participativo Jovem. Um compromisso eleitoral assumido pelo Partido Socialista, cumprido em 2014 e reforçado neste Orçamento para 2015.

Assim, considerando todos os condicionalismos conhecidos e referidos, e que infelizmente estarão presentes nos anos vindouros, este é um documento que exigirá rigor e criatividade na sua implementação, de forma a otimizar todos os poucos recursos disponíveis.

Convictos de que assim será, o Grupo Municipal do Partido Socialista dará um voto favorável às Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2015.

Valongo, 27 de novembro de 2014.

O Grupo Municipal do Partido Socialista



(Catarina Lobo)

Ponto 2.3

Declaração de voto de abstenção:

O meu voto de abstenção baseia-se no óbvio e que é o facto de por um lado considerar que só razões muito fortes me forçariam votar contra um instrumento fundamental para a vida do Município mas por outro, não conseguir perceber no meio de alguma opacidade de certas rubricas, pouca solidariedade relativamente a partes muito importantes do nosso Município, nomeadamente a Freguesia onde vivo e já aqui referida pelo seu presidente de Junta, a que acresce o facto de não se me aplicarem obviamente os pressupostos do EDO, não se me aplicando também o direito de audição prévia. Esta minha posição pode vir a alterar-se no futuro, se como deputado independente não vir alterada a forma como me é dirigida toda a informação relevante sobre estas matérias.

Por último, a minha abstenção acolhe também as críticas relativas à despesa com obras no edifício Faria Sampaio, embora aqui até devesse ser mais um voto contra por motivos óbvios.

Celestino Neves